

MOÇAMBIQUE E A CRISE POLÍTICO-ECONÓMICA BRASILEIRA

Sérgio Chichava

INTRODUÇÃO

Durante a Presidência de Lula da Silva (2003-2010), as relações económicas, políticas e diplomáticas entre o Brasil e a África conheceram um crescimento sem precedente. São testemunha disso a criação de 19 novas representações diplomáticas e a realização de viagens regulares, 33 no total ao longo dos seus dois mandatos, fazendo de Lula da Silva o Presidente brasileiro que mais visitou o continente africano (Instituto Lula, 2015).

O papel de Lula da Silva no intensificar das relações entre a África e o Brasil foi também reconhecido pelos seus homólogos africanos. Considerando que mais nenhum outro Chefe do Estado brasileiro dera tamanha importância a África como Lula da Silva o fizera, dirigentes dos países da Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO) decidiram homenageá-lo em Cabo Verde em 2010, aquando da sua última viagem ao continente africano na qualidade de Chefe de Estado. Para além de ter sido reconhecido pelos seus parceiros africanos, Lula da Silva considerava-se o Presidente brasileiro que mais importância dera à África, afirmando que o seu «sucessor terá a dura tarefa de fazer muito mais do que ele fez para África» (ANGOP, 2010).

Como resultado dessa expansão, o comércio entre o Brasil e os países africanos aumentou de quatro biliões USD para 20 biliões USD no mesmo período (*Estadão*, 2012). Em 2010, a África, com 57%, era o continente que maior proporção da cooperação técnica brasileira recebia, sendo a agricultura (26%), saúde (22%) e educação (12%) as principais áreas de cooperação (Cabral & Shankland, 2013). Mas, e provavelmente devido à afinidade cultural e linguística, 74% da cooperação técnica brasileira com África era realizada com os Países Africanos da Língua Oficial Portuguesa (PALOP) (Cabral & Weinstock, 2010).

Legitimando a sua presença em Moçambique e em África em termos de demanda, prossecução de fins não lucrativos, desvinculação de interesses comerciais isenta de imposições ou condicionalismos políticos, e inspirada no conceito de «diplomacia solidária», participativa», «altiva e activa», «dívida moral» e «proximidade cultural» em consequência da escravatura e da

partilha do mesmo tipo de clima, o tropical, o Brasil acredita que a sua experiência e o seu modelo de desenvolvimento podem ser exportados para África, conquanto sejam adaptados ao contexto local. Nesta perspectiva, e mesmo considerando-se diferente, a concepção brasileira sobre o desenvolvimento não se distingue da de algumas «potências emergentes», tal como a China, nem da dos «doadores tradicionais», que também postulam a mesma visão, defendendo que o seu modelo de desenvolvimento pode ser replicado no continente africano (Chichava *et al.*, 2013; Chichava & Fingerhann, 2015).

Entretanto, a actual crise político-económica brasileira, que teve o seu auge durante a Presidência da Dilma Rousseff (2011-2016) e que, entre outros aspectos, se pode resumir pela contracção de investimentos e do Produto Interno Bruto (PIB), pelo aumento da inflação e do desemprego, pela *Operação Lava-Jato*, está a afectar a relação com África, em particular com o seu principal parceiro económico: Moçambique. Embora o país sul-americano tenha anunciado o cancelamento ou a reestruturação de quase 900 milhões USD da dívida africana ao Brasil em 2013, o orçamento para a cooperação técnica com a África caiu 25% em 2012, e os investimentos em programas de cooperação para o desenvolvimento estagnaram nos últimos anos. A Agência Brasileira de Cooperação (ABC) reduziu o número dos seus projectos em África de 253 para 161. Por sua vez, as exportações do Brasil para África caíram de 12,22 biliões USD em 2011 para 9,7 biliões USD em 2014, ao mesmo tempo que as importações aumentaram de 15,4 biliões USD para 17,1 biliões USD, resultando num maior défice comercial para o Brasil¹ (Mello, 2015; Peduzzi, 2015). As empresas brasileiras como Odebrecht, Andrade Gutierrez, Camargo Corrêa, bastante presentes em África, também foram afectadas pelo facto de estarem envolvidas em actos de corrupção e troca de favores na obtenção de contratos internacionais, o que levou ao congelamento dos seus projectos pelo facto de o Banco Nacional de Desenvolvimento Económico e Social (BNDES) ter temporariamente suspenso o financiamento de projectos de empresas investigadas no âmbito da *Operação Lava-Jato*².

É preciso ressaltar que foi durante o período Lula da Silva que também a análise das relações entre o Brasil e África ganhou nova dimensão e começou a estar em debate em diferentes fóruns de discussão. O Brasil passou a ser analisado não apenas na perspectiva da sua presença em África mas também comparando-se o seu engajamento com o dos outros BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul) e com os chamados «doadores tradicionais». A ideia era, por exemplo, ver se o forte engajamento do Brasil em África produzia ou produziria a emergência de novos paradigmas. Em Moçambique, o Instituto de Estudos Sociais e Económicos

¹ De realçar que a balança comercial foi sempre favorável a África, e que, à semelhança da outra maior «economia emergente», a China, o petróleo é o principal produto de importação do Brasil em África, representando 88%.

² A *Lava-Jato* é considerada a maior investigação de corrupção e lavagem de dinheiro da história do Brasil, envolvendo grandes empresas e agentes políticos locais. Para maior detalhe, ver Ministério Público Federal (s.d.).

(IESE) faz parte das instituições pioneiras que têm feito uma análise sistemática da presença do Brasil em África, particularmente no sector agrícola, que, como referenciado, é o sector mais importante da cooperação técnica brasileira em África. Entretanto, não sendo o foco deste trabalho fazer uma análise e avaliação da pesquisa do IESE sobre o Brasil em África, deixando esta tarefa para outro artigo que faz parte desta secção, o objectivo aqui é, tomando como base o caso de Moçambique, mostrar como as dificuldades económico-financeiras que afectam a cooperação técnica brasileira têm estado a manchar o prestígio do Brasil junto dos países africanos, sobretudo em projectos trilaterais nos quais tem participado geralmente em parceria com um doador ocidental, ou quando comparado com outras economias emergentes, em particular com a China, mais pujantes do ponto de vista financeiro.

Crê-se que Moçambique seja um caso emblemático para compreender não só o engajamento do Brasil mas também o impacto da crise político-económica brasileira no continente africano, pois para além de ser o seu principal parceiro da cooperação técnica, acolhe também um considerável volume de investimentos de empresas brasileiras, sendo, logicamente, um dos mais afectados. O artigo está dividido em duas partes. Primeiro, faz uma breve descrição da presença brasileira em Moçambique; segundo, usa o caso de Moçambique para analisar o impacto da crise brasileira em África.

BREVE APRESENTAÇÃO DO ENGAJAMENTO BRASILEIRO EM MOÇAMBIQUE

Possuindo relações diplomáticas com o Brasil desde o ano de sua independência, em 1975, Moçambique, à semelhança da maioria dos outros países africanos, só viu as suas relações com aquele país sul-americano conhecerem um significativo incremento com a chegada de Lula da Silva ao poder. Neste período, Moçambique foi dos países africanos mais visitados por Lula da Silva (ver Tabela 1), tendo-se tornando também o principal parceiro de cooperação técnica brasileira para o desenvolvimento em África, com 21 projectos activos e nove outros em processo de negociação, sendo os sectores da agricultura, saúde e educação os mais importantes em 2011 (Chichava *et al.*, 2013: 8). Moçambique faz também parte dos primeiros países visitados pela sucessora de Lula da Silva, Dilma Rousseff, em 2013³.

Neste período, Moçambique recebeu o maior projecto de cooperação agrícola envolvendo o Brasil em África, o ProSavana, no qual o Brasil entra principalmente com a componente técnica. Trata-se de um projecto trilateral que, para além do Brasil, envolve o Japão e Moçambique, e é inspirado no Prodecet, um projecto considerado como tendo transformado o Brasil num

³ Para além de Moçambique, Dilma visitou também Angola, África do Sul, Nigéria e Guiné Equatorial (neste último, o objectivo da viagem era participar na III Cúpula América do Sul-África).

dos mais importantes produtores no mundo do ponto de vista agrícola. O ProSavana está a ser implementado ao longo do Corredor de Nacala, abrangendo alguns distritos das províncias de Nampula, Zambézia e Niassa, no Norte do país. Moçambique, à semelhança do Gana, também acolhia o escritório da Empresa Brasileira de Pesquisa Agro-Pecuária (Embrapa), que incluía o maior contingente de pesquisadores desta empresa em África. Moçambique contava também com um representante da Agência Brasileira de Cooperação (ABC), que, em colaboração com a Embrapa, coordenava os projectos de cooperação técnica brasileira no sector agrícola.

A importância de Moçambique para o Brasil durante este período é atestada pela instalação da única fábrica de anti-retrovirais e de outros medicamentos financiada e construída pelo Brasil em África e gerida pela Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), que também possui um escritório na capital moçambicana. Além de ser o principal parceiro da cooperação técnica brasileira, Moçambique foi o país africano que recebeu a maior proporção de alívio da dívida do Brasil durante a Presidência de Lula da Silva, ao ver esta perdoadada em 95% em 2004 (BBC, 2013)⁴.

Para além da cooperação técnica, o engajamento brasileiro em Moçambique reflecte-se pela presença de multinacionais como a Vale, considerada a segunda maior empresa de mineração do mundo, que explora uma concessão de carvão em Moatize na província de Tete, e é um dos maiores investimentos brasileiros no País. Algumas das principais construtoras brasileiras, como Odebrecht, Camargo Corrêa, Andrade Gutierrez, também aqui se encontram presentes, estando envolvidas em diferentes projectos.

A Odebrecht esteve envolvida na construção do Aeroporto Internacional de Nacala, dos terminais de carvão do Porto da Beira e da Mina de Moatize (este último em parceria com a Camargo Corrêa), detidas pela sua congénere Vale. Prevê-se ainda que a Odebrecht construa o Maputo Bus Rapid Transit (BRT Maputo), um projecto que tem como objectivo minimizar as dificuldades de transporte público na capital de Moçambique. Ambos os projectos foram ou são financiados pelo BNDES. A Camargo Corrêa participa através da InterCement, a sua *holding* na área de cimentos na exploração das cimenteiras de Matola, província de Maputo, e Dondo, província de Sofala. A Camargo Corrêa adquiriu ainda 51% da Cimentos de Nacala (Cinac), pertencente ao grupo moçambicano Insitec. Por seu turno, a Andrade Gutierrez, para além de ter construído o terminal de carvão de Nacala, também lhe viu adjudicada a construção da Barragem Moamba Major, um projecto que se prevê venha a minimizar os problemas de escassez de água que afectam a capital moçambicana, Maputo.

A saída de Lula da Silva em 2010 e a entrada de Dilma Rousseff não mudaram significativamente a situação, embora tenham coincidido com a intensificação da crise política e económica brasileira, que, como veremos, se repercutiu negativamente na cooperação e nos inves-

⁴ O perdão desta dívida já havia sido prometido em 2000 pelo então Presidente brasileiro, Fernando Henrique Cardoso.

timentos brasileiros no mundo⁵. Com 40 projectos de cooperação técnica em curso em 2016, Moçambique continuava a ser o principal parceiro da cooperação técnica brasileira em África (*Notícias*, 2016). Foi também o primeiro país africano a assinar em Março de 2015 um Acordo de Cooperação e Facilitação de Investimentos (ACFI), cujo objectivo é promover e agilizar investimentos entre os dois países. Os investimentos deste país em Moçambique concentram-se na mineração, energia e construção civil e até 2015 estavam estimados em 9,5 biliões USD, de acordo com o Ministério das Relações Exteriores brasileiro (MRE) (Blog do Itamaraty, 2015). O *impeachment* da Dilma Rousseff no âmbito das chamadas «pedaladas fiscais», e da abertura de créditos suplementares sem aprovação do Congresso e a sua substituição pelo então vice-presidente, Michel Temer, não parecem ter tido grande impacto na política externa brasileira em relação a África, mesmo se com a crise a relação não conheceu avanços significativos, tendo até, se pensado em diminuir o número de representações diplomáticas do Brasil no continente. Esta ideia não teve seguimento, pois havia consciência do impacto negativo que podia ter para a imagem do Brasil no continente africano.

Ao mesmo tempo, o Governo brasileiro tem consciência do potencial do mercado e dos recursos africanos para as empresas brasileiras e do facto de que o engajamento do Brasil tinha esfriado no período Dilma, estando actualmente em curso acções para recuperar o ímpeto que fora dado por Lula da Silva à relação do Brasil com África. A viagem do novo ministro das Relações Exteriores, Aloysio Nunes Ferreira, a Moçambique, Malawi, Botswana, Namíbia e África do Sul em Maio de 2017 é testemunha disso. Uma vez mais, Moçambique aparece como o principal parceiro do Brasil em África (Africa Digital, 2017; Portugal Digital, 2017).

TABELA 1: VISITAS DE ALTOS DIGNITÁRIOS BRASILEIROS E MOÇAMBICANOS (2003-2017)

Ano	Visitas de altos dignitários brasileiros a Moçambique	Visitas de altos dignitários moçambicanos ao Brasil
2003	Lula da Silva (Presidente)	
2004		Joaquim Chissano (Presidente)
2007		Armando Guebuza (Presidente)
2008	Lula da Silva (Presidente)	
2009		Armando Guebuza (Presidente)
2010	Lula da Silva (Presidente)	
2011	Dilma Rousseff (Presidente)	
2012	Michel Temer (vice-presidente)	Aires Ali (primeiro-ministro)
2015	Mauro Vieira (ministro das Relações Exteriores)	
2017	Aloysio Nunes Ferreira (ministro das Relações Exteriores)	

⁵ Para mais detalhes sobre as diferenças da política estrangeira de Lula da Silva e Rousseff, ver Marcondes & Mawdsley (2017).

IMPACTO DA CRISE BRASILEIRA NAS RELAÇÕES COM MOÇAMBIQUE

Em relação a Moçambique, a crise brasileira ditou o adiamento ou a anulação de diferentes projectos de cooperação técnica, à semelhança do projecto da implantação em Maputo de um Centro de Formação Profissional pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) em parceria com o Instituto Nacional do Emprego e Formação Profissional (INEFP), que até finais de 2016 aguardava a libertação de fundos por parte da ABC. As actividades que tinham sido realizadas até 2016 eram as que não dependiam da construção do centro. Baseado no modelo implementado no Brasil e decidido em 2009 aquando da segunda visita de Lula da Silva a Maputo, o centro devia ter começado a operar em 2012⁶. Entretanto, graças a fundos da Japan International Cooperation Agency (JICA), o projecto vai começar a ser implementado a partir de 2017. Da mesma forma, praticamente paralisaram as actividades do Brasil no ProSavana, que também continua a maior parte das actividades graças à parceria com a JICA, uma vez que por restrições orçamentais e administrativas o Brasil retirou a representante da ABC e da Embrapa de Maputo. Em virtude disso, as acções da ABC em relação ao ProSavana passaram a ser coordenadas e desenvolvidas a partir de Brasília. A Embrapa também estava a rever a sua estratégia de internacionalização, que conheceu grande expansão com Lula da Silva, particularmente em África. De acordo com Lígia Sherer, antiga embaixadora do Brasil em Maputo, a saída do representante da Embrapa de Moçambique criara descontentamento nas autoridades moçambicanas. Estão também ainda por aprovar pelo Governo brasileiro os recursos necessários para a construção de um laboratório em Lichinga. O outro laboratório construído em Nampula estava a cargo do Japão e foi inaugurado em Junho de 2015. Pelas mesmas razões, o Brasil esteve ausente do «Seminário de divulgação dos resultados da Investigação Agrária no Corredor de Nacala», realizado em Nampula a 10 e 11 de Março de 2016, cujo objectivo era partilhar e divulgar os resultados e experiências do ProSavana-PI⁷. Desesperado, e consciente do impacto negativo da não-participação do Brasil num acontecimento em que seria um actor-chave, Rodrigo Soares, embaixador brasileiro em Maputo, apelava à disponibilização de fundos que permitissem a participação neste seminário, pois isso engrandeceria a imagem daquele país junto do Governo moçambicano e da sociedade civil, visto que o ProSavana era o maior projecto de cooperação técnica agrícola em que o Brasil participava (Brasemb Maputo, 2016).

⁶ O centro tem como objectivo formar e capacitar mão-de-obra em diversas áreas como mecânica, construção civil, tecnologia da informação, alvenaria, electricidade, entre outras.

⁷ O ProSavana consiste em três pilares: ProSavana-PI (Projecto de Investigação); o ProSavana-PD (Plano Director) e o ProSavana-PEM (Projecto de Extensão e Modelos).

O Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pronae)⁸, estabelecido graças a um acordo tripartido assinado em 2010 entre o Governo de Moçambique, a ABC e o Programa Mundial de Alimentos (PMA), cujo objectivo é «auxiliar a implantação no País de um programa de alimentação escolar sustentável, tendo como referência a experiência brasileira», também estava a ter dificuldades em expandir-se devido á insuficiência de recursos financeiros. O programa tem continuado graças à parceria com a Agência para o Desenvolvimento Internacional dos Estados Unidos (USAID) e como PMA, prevendo-se que seja expandido para todo o País (ONU Brasil, 2016).

Na saúde, o futuro da fábrica de anti-retrovirais sob gestão da Fiocruz é incerto, também devido a dificuldades financeiras, sobretudo do lado moçambicano.

É preciso realçar que o facto de a maior parte dos programas de cooperação técnica brasileira em Moçambique ser de carácter trilateral, em parceria com «doadores tradicionais», com mais robustez financeira e nos quais o Brasil entra apenas com a parte técnica e em que procura replicar os programas previamente implementados naquele país, tem ajudado à continuidade dos projectos. Outro aspecto tem que ver com facto de os projectos de cooperação técnica brasileiros não contemplarem transferência de recursos financeiros, mas sim de tecnologia, treino e capacitação.

A estas dificuldades resultantes da crise acrescenta-se a lentidão da burocracia brasileira na execução dos projectos de cooperação técnica. Os casos mais emblemáticos são a fábrica de produção de anti-retrovirais e a oferta de três aviões *T-27 Tucano* à Força Aérea moçambicana. Em relação à fábrica de anti-retrovirais, cuja construção fora formalizada através de um acordo assinado aquando da visita de Lula da Silva a Maputo em 2003 e que se previa entrar em funcionamento inicialmente em 2007, só viria a entrar em funcionamento em 2012, depois de sucessivos adiamentos devido a problemas burocráticos no Brasil, dificuldades de encontrar um lugar adequado para a implantação da fábrica por parte do Governo de Moçambique, tendo sido necessário recorrer-se ao apoio da Vale. O então ministro brasileiro das Relações Exteriores, Celso Amorim, justificava o atraso pelo facto de o Brasil ser um país «doador recente» e não ter ainda muita experiência, ou seja, pelo facto de o Brasil ainda não estar acostumado a prestar cooperação técnica, mas apenas a receber (*O Globo*, 2008).

Em relação à oferta dos aviões, cuja promessa fora feita pelo Governo brasileiro em 2009, o processo foi tão moroso que acabou por ser cancelado em Agosto de 2016 pelo novo Presidente brasileiro, Michel Temer. De entre as diferentes razões para o cancelamento, Temer referia que o processo burocrático excessivamente lento representava um óbice grave e, ao invés de

⁸ Inspirado no Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) implementado no Brasil a partir de 1995, o Pronae é um programa de cooperação trilateral entre Moçambique, através do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) e do Ministério da Educação (Mined), o Brasil, através da Agência Brasileira de Cooperação (ABC), e o Programa Mundial de Alimentos (PMA).

favorecer a cooperação entre os dois países, a prejudicava (*Diário de Notícias*, 2016). É preciso realçar que um estudo de 2013 sobre o engajamento brasileiro e chinês na agricultura moçambicana (Chichava *et al.*, 2013: 8) já mostrava que a lentidão burocrática brasileira e a fraca robustez financeira eram dos aspectos negativos invariavelmente apontados em comparação a uma outra economia «emergente», a China, vista como flexível no cumprimento das suas promessas e com poucos entraves burocráticos.

Globalmente, pode-se concluir que, como defendem Marcondes & Mawdsley (2017), uma das razões da crise da Cooperação Sul-Sul brasileira se deve, entre outros, ao facto de a sua expansão não ter sido acompanhada por um conjunto de reformas legislativas e institucionais, nomeadamente recursos financeiros, humanos e logísticos que pudessem permitir que as instituições brasileiras lidassem melhor com a exigência e a complexidade da nova conjuntura da cooperação para o desenvolvimento.

A OPERAÇÃO LAVA-JATO VISTA DE MOÇAMBIQUE

Se apesar da crise económica brasileira Moçambique continua no topo dos beneficiários da sua cooperação técnica, acusações de corrupção envolvendo altas figuras políticas dos dois países tendem, todavia, a obscurecer a reputação do Brasil na opinião pública moçambicana. De entre elas, destacam-se Lula da Silva e Dilma Rousseff, do lado do Brasil; Joaquim Chissano e Armando Guebuza, do lado de Moçambique, considerados no período anterior como figuras catalisadoras da intensificação das relações entre os dois países.

Lula da Silva e Dilma Rousseff foram acusados e estão a ser investigados pela justiça local de usar a sua influência política para favorecer empresas brasileiras, como a Odebrecht, a Andrade Gutierrez e a Petrobras, a ganhar contratos internacionais em troca de subornos e de financiamento das suas campanhas eleitorais, no que é conhecido no Brasil como *Operação Lava-Jato*. Em Moçambique, a concessão da construção da Barragem Moamba Major e do Aeroporto Internacional de Nacala à Andrade Gutierrez e à Odebrecht, respectivamente, estão entre os casos citados⁹. Por causa disso, o financiamento do BNDES à construção da Barragem Moamba Major e do BRT Maputo foi suspenso, fazendo parte dos 25 projectos temporariamente suspensos por aquele banco brasileiro para reavaliação dos financiamentos

⁹ No âmbito desta operação, os presidentes das empresas Odebrecht e Andrade Gutierrez foram presos pela Polícia Federal brasileira. Marcelo Odebrecht ainda cumpre pena, enquanto o presidente da Andrade Gutierrez foi solto em 2015, após um acordo de «delação premiada». Lula da Silva e Dilma Rousseff estão a ser investigados pela justiça brasileira. De salientar que Dilma Rousseff, que também era acusada de desrespeito à lei orçamentária e à lei de improbidade administrativa, acabou sendo afastada da Presidência do Brasil em 2016 através de um processo de *impeachment*. Entretanto, dados divulgados recentemente sobre a delação de Odebrecht indicam que Michel Temer, sucessor de Dilma e actual Presidente, e José Serra, ministro das Relações Exteriores durante o primeiro ano de Governo de Michel Temer, teriam recebido propina da companhia (Pereira, 2016; Megale, 2016).

e elaboração de uma nova política de exportação de serviços (*Notícias*, 2016b)¹⁰. Trata-se de obras que tinham sido adjudicadas às empresas que viriam a estar envolvidas na *Operação Lava-Jato*. Em relação à Barragem de Moamba Major, por exemplo, em Fevereiro de 2016, o deputado Rubens Bueno, da Câmara dos Deputados brasileira, solicitou informações ao Governo brasileiro acerca do crédito atribuído a Moçambique para a construção da barragem. De acordo com este deputado, e baseando-se numa notícia que tinha sido publicada pela revista *Época* a 11 de Janeiro de 2016, o empréstimo do BNDES de 320 milhões USD para a construção da barragem pela Andrade Gutierrez estava prenhe de irregularidades, sendo uma delas a dispensa da exigência de abertura de conta colateral em país de risco, Moçambique, portanto uma condição necessária para a concessão de empréstimos deste tipo e que serve de protecção em caso de falta de pagamento ou inadimplência do país credor (Bueno, 2016). Tal facto teria sido possível graças à influência da ex-Presidente Dilma Rousseff, que em troca de ajudar a Andrade Gutierrez a assegurar o contrato da construção da barragem teria recebido dez milhões de reais (cerca de três milhões USD) para financiar a sua campanha eleitoral. Ao mesmo tempo, há informações de que a concessão da barragem à construtora Andrade Gutierrez só foi facilitada com a condição de se incluir na operação a construtora Infra-Engineering Moçambique, detida por membros influentes do partido Frelimo; a concessão foi feita sob ajuste directo e sem o aval do Tribunal Administrativo moçambicano (Caldeira, 2017). A compra de dois aviões por Moçambique à empresa brasileira Embraer e a concessão da construção do Aeroporto Internacional de Nacala à Odebrecht teriam sido possíveis graças ao suborno de altos quadros moçambicanos.

A repercussão da *Operação Lava-Jato* em Moçambique divide opiniões de diversas entidades neste País. Alguns actores, como o Centro de Integridade Pública (CIP), uma organização independente que advoga a transparência e a boa governação, louvam a independência do sistema judicial brasileiro, afirmando que Moçambique devia usá-la como exemplo para agir contra inúmeros casos de corrupção envolvendo a elite política local (Caldeira, 2017). O CIP questiona ainda a inoperância e a passividade do Ministério Público e do Gabinete Central de Combate à Corrupção (GCCC) na responsabilização dos moçambicanos envolvidos em actos de corrupção para facilitar a obtenção de contratos à Odebrecht em Moçambique (Faela, 2017). Outros, como o proeminente jornalista Marcelo Mosse, consideram perigosa uma *Operação Lava-Jato* em Moçambique, uma vez que podia levar à desintegração da Frelimo, actual partido no poder (Mosse, 2016)¹¹. Por seu turno, os dois partidos políticos da oposição, com destaque para a Renamo e para o Movimento Democrático de Moçambique (MDM), defendem uma operação similar no País, alegando que, como há moçambicanos envolvidos

¹⁰ Entretanto, o embaixador do Brasil em Moçambique, Rodrigo Soares, garante que o Brasil vai honrar seu compromisso em relação à Barragem Moamba Major (Macaub, 2016).

¹¹ No poder desde a independência em 1975 e visto por alguns como indispensável na estabilidade e unidade do País.

neste escândalo, muitos deles, senão todos, com ligações ao partido no poder, também deviam ser ouvidos pela justiça. Também inspirados pelo *Lava-Jato* no Brasil, a Renamo e o MDM pedem uma *Operação Lava Atum*, numa alusão ao escândalo das chamadas «dívidas ocultas» contraídas pelo Governo de Moçambique durante o segundo mandato de Armando Guebuza (2009-2014) sem aprovação do Parlamento e cuja descoberta colocou o País numa situação económica bastante crítica, não só pelo aumento astronómico da dívida pública mas também pelo cancelamento da ajuda ao Orçamento do Estado pelos doadores¹². Para a Renamo e o MDM, a condução coerciva de Lula da Silva mostra que no Brasil, diferentemente de Moçambique, ninguém está acima da lei. Em parte devido aos fortes laços estabelecidos pelo Governo de Lula da Silva e pelo Governo de Moçambique, particularmente durante a Presidência de Armando Guebuza, e pelo facto de o assunto mexer com figuras importantes do partido, a Frelimo recusa-se a apoiar a *Operação Lava-Jato* e considera a condução coercitiva de Lula da Silva como um acto de humilhação e falta de reconhecimento de uma figura política que transformou o Brasil num dos maiores actores da política internacional (*O País*, 2016). Ou seja, para a Frelimo, pouco importam os actos de corrupção de que Lula da Silva é acusado e os danos que eventualmente possam ter causado ao País, o que conta é o lado positivo da sua governação.

Outro actor importante que se pronunciou sobre este caso foi o Fundo Monetário Internacional (FMI), através do seu representante em Maputo, Ari Aisen, para quem o caso *Lava-Jato* devia ser uma fonte de inspiração para Moçambique na resolução dos diferentes casos de corrupção e de má governação que ensobram o país (Nhantumbo, 2017).

Este novo contexto político não só manchou a elite governante do Brasil aos olhos dos moçambicanos como veio também reforçar as críticas que em anos recentes começaram a emergir face aos aspectos mais problemáticos e menos positivos dos investimentos e da cooperação brasileiros em Moçambique. Ou seja, tudo leva a crer que a presença do Brasil em Moçambique não o tornará mais democrático e menos corrupto.

CONCLUSÃO

Este artigo discutiu as implicações e o impacto da crise política, económica e social brasileira em Moçambique e como isso é percebido no País. Uma das principais conclusões do estudo é que, tendo recursos financeiros limitados, a grande vantagem do Brasil face aos seus competidores do Norte e do Sul reside nas soluções técnicas que o país desenvolveu em áreas críticas, nomeadamente na agricultura, saúde e programas sociais de combate à pobreza, sendo as que

¹² O Governo de Armando Guebuza alega que parte importante destas dívidas teria sido contraída para a compra de barcos de pesca de atum.

apresentam maior potencial de aplicabilidade em África, devido a similaridades socioculturais e geoclimáticas. Como foi demonstrado, a quase totalidade dos projectos de cooperação técnica brasileiros funciona apenas graças ao suporte financeiro de outros parceiros, particularmente ocidentais. Se isto pode ser considerado como uma fraqueza, o facto de o Brasil saber conciliar ou privilegiar a inclusão de parceiros que oferecem robustez financeira pode ser considerado como positivo e inspirador. O outro ponto tem que ver com o facto de a cooperação técnica brasileira não ser apenas afectada pela crise naquele país, mas também pela lentidão burocrática para a implementação de diferentes projectos ou programas de cooperação. Se isto é justificado pelo facto de o Brasil ser um «doador emergente», não deixa de ser usado na comparação que se faz do Brasil com outros países também chamados «emergentes», como a China, em que apesar de também ser um «doador recente» é visto como sendo mais flexível na implementação dos seus projectos de cooperação e com mais robustez financeira. Ao mesmo tempo, as acusações de corrupção envolvendo elites políticas brasileiras e moçambicanas para viabilizar a implementação de projectos de desenvolvimento, de cooperação técnica e outros criam reticências na capacidade de a presença brasileira em Moçambique criar um paradigma diferente daquele dos chamados «doadores tradicionais».

REFERÊNCIAS

- Africa Digital (2017). Brasil confirma cooperação com Moçambique. Disponível em:
<http://africa21digital.com/2017/05/10/27679/> (consultado a 11 de Maio de 2017).
- ANGOP (2010). Meu sucessor terá obrigação moral de fazer muito mais por África Lula. Disponível em:
http://www.angop.ao/angola/pt_pt/noticias/africa/2010/6/26/Meu-sucessor-tera-obrigacao-moral-fazer-muito-mais-por-Africa-Lula,5bfd248e-168a-41a9-a474-afebe2af3ff1.html (consultado a 1 de Maio de 2017).
- BBC (2013). Brasil perdoa quase US\$ 900 milhões em dívidas de países africanos. Disponível em:
http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2013/05/130520_perdao_africa_mdb (consultado a 3 de Maio de 2017).
- Blog do Itamaraty (2015). Brasil e Moçambique assinam Acordo de Cooperação e Facilitação de Investimentos. Disponível em:
<http://blog.itamaraty.gov.br/22-assuntos-economicos-e-financeiros/124-brasil-e-mocambique-assinam-acordo-de-cooperacao-e-facilitacao-de-investimentos> (consultado a 3 de Maio de 2017).
- Brasemb Maputo (2016). *CT Brasil-Japão-Moçambique. ProSavana-PI. Seminário. Participação do Brasil. N.º 00203*. Disponível em:
http://www.consultaesic.cgu.gov.br/busca/dados/Lists/Pedido/Attachments/491254/RESPOSTA_PEDIDO_DesptelsTels%20Prosavana%202015-16.pdf (consultado a 5 de Julho de 2017).
- Bueno, R. (2016). *Requerimento de Informação*. Disponível em:
<http://www.camara.gov.br/sileg/integras/1431652.pdf> (consultado a 5 de Julho de 2017).
- Cabral, L. & Shankland, A. (2013). Narratives of Brazil Africa Cooperation for Agricultural Development: new paradigms? *Working Paper*, 51.
- Cabral, L. & Weinstock, J. (2010). *Brazilian Technical Cooperation for Development: Drivers, Mechanics and Future Prospects. A report commissioned by the Brazilian Cooperation Agency and the UK Department for International Development*. Londres.
- Caldeira, A. (2017). Construção da Barragem de Moamba Major viciada de ilegalidades e compadrio. *A Verdade*. Disponível em:
<http://www.verdade.co.mz/tema-de-fundo/35-themadefundo/60880-construcao-da-barragem-de-moamba-major-viciada-de-ilegalidades> (consultado a 8 de Março de 2017).

- Chichava, S., Duran, J., Cabral, L., Shankland, A., *et al.* (2013). Chinese and Brazilian cooperation with African Agriculture: the case of Mozambique. *Working Paper* (49). Future Agriculture Consortium.
- Chichava, S. & Fingermann, N. (2015). Chinese and Brazilian agricultural models in Mozambique. The case of the Chinese Agricultural Technology Demonstration Centre and of the Brazilian ProAlimentos programme. *Working Paper*, 112. Future Agriculture Consortium. Disponível em: http://www.iese.ac.mz/lib/noticias/2015/FAC_Working_Paper_112_SC.pdf. (consultado a 3 de Maio de 2017).
- Diário de Notícias* (2016). Presidente do Brasil cancela doação de três aeronaves a Moçambique. Disponível em: <http://www.dn.pt/mundo/interior/presidente-do-brasil-cancela-doacao-de-tres-aeronaves-a-mocambique-5368598.html> (consultado a 5 de Julho de 2017)
- Estadão* (2012). Brasil compete com China e Índia para investir na África. Comércio entre o Brasil e a África saltou de cerca de US\$ 4 bi em 2000 para US\$ 20 bi em 2010. Disponível em: <http://economia.estadao.com.br/noticias/geral,brasil-compete-com-china-e-india-para-investir-na-africa-imp-,906290> (consultado a 3 de Maio de 2017).
- Faela, B. (2017). Porquê o Gabinete Central de Combate à Corrupção não partilha informação esclarecedora sobre o «caso Odebrecht»? *CIP Newsletter*, 3. Maputo.
- Instituto Lula (2015). Saiba o que é e o que faz o Instituto Lula. Disponível em: <http://www.institutolula.org/duvidas-frequentes-a-respeito-do-instituto-lula> (consultado a 3 de Maio de 2017).
- Macauhub (2016). Embaixador do Brasil garante financiamento para construção de barragem em Moçambique. Disponível em: <https://macauhub.com.mo/pt/2016/11/11/ambassador-of-brazil-guarantees-funding-for-dam-construction-in-mozambique/> (consultado a 3 de Maio de 2017).
- Marcondes, D. & Mawdsley, E. (2017). South–South in retreat? The transitions from Lula to Rousseff to Temer and Brazilian development cooperation. *International Affairs*, 3(93), 681-699.
- Mello, P. (2015). Brasil recua e reduz projetos de cooperação e doações à África. *Folha de São Paulo*. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/mundo/2015/03/1606466-brasil-recua-e-reduz-projetos-de-cooperacao-e-doacoes-para-a-africa.shtml> (consultado a 10 de Março de 2016).
- Ministério Público Federal (s.d.). Caso *Lava-Jato*. Entenda o caso. Disponível em: <http://lavajato.mpf.mp.br/entenda-o-caso> (consultado a 16 de Maio de 2017).

- Mosse, M. (2016). Lava-Jato do Brasil? Não, obrigado. Disponível em:
<http://comunidademocambicana.blogspot.com/2016/03/lava-jato-do-brasil-para-mocambique-nao.html> (consultado a 3 de Maio de 2017).
- Nhantumbo, A. (2017). Moçambique pode tirar lições da Lava-Jato. Segundo representante do FMI no país. *Savana*. Maputo.
- Notícias* (2016a). FACIM/2016: Brasil deseja intensificar cooperação na agricultura. Disponível em:
<http://www.jornalnoticias.co.mz/index.php/economia/57756-facim-2016-brasil-deseja-intensificar-cooperacao-na-agricultura.html> (consultado a 2 de Maio de 2017).
- Notícias* (2016b). Projecto BRT precário. Disponível em:
<http://www.jornalnoticias.co.mz/index.php/capital/61042-projecto-brt-precario.html> (consultado a 3 de Maio de 2017).
- O Globo* (2008). Investimento do Brasil na África demora «pra caramba», diz Lula. Disponível em:
<http://oglobo.globo.com/economia/investimento-do-brasil-na-africa-demora-para-caramba-diz-lula-3824964> (consultado a 3 de Maio de 2017).
- ONU Brasil (2016). ONU, Brasil e Estados Unidos ajudam Moçambique a expandir rede de alimentação escola. Disponível em:
<https://nacoesunidas.org/onu-brasil-e-estados-unidos-ajudam-mocambique-a-expandir-rede-de-alimentacao-escolar/> (consultado a 5 de Julho de 2017).
- O País* (2016). Partidos da oposição dizem que «Lava-Jato» revela independência da justiça brasileira. Disponível em:
<http://opais.sapo.mz/index.php/politica/63-politica/39962-partidos-da-oposicao-dizem-que-lava-jato-revela-independencia-da-justica-brasileira.html> (consultado a 10 Março de 2016).
- Peduzzi, P. (2015). Parcerias com África podem ajudar Brasil a amenizar efeitos da crise, diz Apex. Disponível em:
<http://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2015-10/parcerias-com-africa-podem-ajudar-brasil-amenizar-efeitos-da-crise-diz-apex> (consultado a 10 de Março de 2016).
- Portugal Digital (2017). Chefe da diplomacia brasileira visita África. Disponível em:
<http://portugaldigital.com.br/chefe-da-diplomacia-brasileira-visita-africa/> (consultado a 11 de Maio de 2017).